Ancoragem das representações sociais o lugar do velho na percepção de estudantes de enfermagem

Raimunda Silva d'Alencar
Andréa Evangelista Lavinsky
Talita Machado Levi
Ariadne Nascimento Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

D'ALENCAR, R. S., LAVINSKY, A. E., LEVI, T. M., and SANTOS, A. N.
Ancoragem das representações sociais: o lugar do velho na percepção de
estudantes de enfermagem. In: D'ALENCAR, R. S., ed. *A representação social
na construção da velhice* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS. 2017, pp. 89-113. ISBN:
978-85-7455-486-0. <https://doi.org/10.7476/9788574554860.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a
licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo
licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ANCORAGEM¹ DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O LUGAR DO VELHO NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM

Raimunda Silva d'Alencar
Andréa Evangelista Lavinsky
Talita Machado Levi
Ariadne Nascimento Santos

Las personas mayores son la memoria de un pueblo y maestros de la vida. Cuando una sociedad no cuida a sus ancianos niega sus propias raíces y simplemente sucumbe (UNIVERSIDAD MAIMÓNIDES, 2016).

O tema da velhice e do envelhecimento vem representando significativa importância nas sociedades contemporâneas e, como não poderia deixar de ser, no ambiente acadêmico, pelo papel que a universidade desempenha na formação de profissionais que farão intervenções na realidade social, e na medida em que o incremento da expectativa de vida sinaliza mais tempo vivido na velhice, aumento quantitativo de pessoas idosas e, em decorrência,

¹ Aqui compreendida, como quer Alves-Mazzotti (2008, p. 24), como a *constituição de uma rede de significações em torno do objeto, relacionando-o a valores e práticas sociais*.

necessidade de conhecimento compatível com as demandas que serão recorrentes.

As projeções de crescimento exponencial desse segmento, já nos próximos anos, trazem impactos que se refletirão nas diferentes esferas da vida social e individual, exigindo mudanças substantivas em qualidade e quantidade, em setores como cultura, administração, economia, direito, psicologia, gestão pública, serviços assistenciais, construção civil, arquitetura, urbanismo, transporte, saúde, seguridade social, educação e relações humanas, tornando “imprescindível que indivíduos, instituições e governos estejam atentos a este cenário, de modo a definir ações públicas e comunitárias para atender a um novo perfil demográfico” (TONI, 2011, p. 64).

Trata-se de questão considerada por Kalache (2014, p. 3306) como a *revolução da longevidade*. Revolução por se estar vivendo cada vez mais, cerca de trinta ou mais anos que nossos avós e revolução, também, pelo impacto súbito sobre toda a sociedade.

Esse incremento quantitativo de pessoas idosas naturalmente vai estabelecer necessidades qualitativamente novas e plurais. Os avanços na esperança de vida e o peso que passa a representar essa longevidade trazem indicativos de mudanças importantes das novas gerações a partir das oportunidades de aumento dos níveis de escolaridade em relação a trinta ou quarenta anos atrás.

A formação de competências de profissionais vem se constituindo em um grande desafio para os ambientes acadêmicos, responsáveis pela construção e desconstrução de saberes, sejam eles científicos ou não, especialmente em função do acelerado envelhecimento, pelas novas demandas e pelas atitudes ainda prevalecentes na realidade brasileira, de descaso, desrespeito, incompreensão e intolerância.

Mesmo com os importantes avanços na compreensão social da velhice, reconhecendo que hoje se envelhece melhor que nos vinte últimos anos do século passado, ainda

se percebe sua associação com debilidade e doença, naturalmente que determinadas muito mais pelas condições sociais e econômicas desfavoráveis e precárias vividas por uma parcela relevante da sociedade, mas, também, pela formação dos sujeitos, ainda atravessados por mitos, preconceitos e valores depreciativos.

Parte da população ainda não se deu conta de que o incremento de anos à vida implica requerimentos diferentes, seja nas políticas de seguridade social, especialmente nas aposentadorias, seja na oferta de serviços públicos e, em especial, nas novas posturas e atitudes frente à própria vida, não só daqueles em estágio atual de velhice, mas de todas as gerações (D'ALENCAR, 2002).

Embora se reconheça que se trate de um fenômeno fascinante, que é o prolongamento da vida, é temeroso minimizar as suas repercussões, ainda não devidamente conhecidas, especialmente porque a estrutura social não se preparou previamente para os inevitáveis impactos que

extrapolam a configuração individual, alcançam a esfera familiar, do mercado de trabalho, das políticas públicas, das atividades sociais e recreativas, da educação, da saúde, do transporte, alterando valores e concepções de vida (D'ALENCAR, 2002, p. 63).

Um aspecto importante a considerar é que envelhecer é uma conquista significativa, pela experiência, memória e sabedoria que acumula aquele que envelhece, elementos que valorizam a vida e a sociedade; de outro lado, a velhice é negativamente estereotipada, afastada por aqueles que não se desejam ou se querem velhos, motivados pelas representações que a própria sociedade instaura em torno da velhice. Todos querem viver mais, mas desprezam os desafios que a longevidade traz, que podem incluir riscos de incapacidades e a dupla carga de enfermidades crônicas de permanência duradoura, que exigem muito cuidado.

O conhecimento sobre a especificidade do envelhecimento, tanto para quem envelhece como para quem precisa fazer intervenções, vem se tornando cada vez mais necessário, também requerendo cuidados em torno do sistema de valores vigentes na sociedade. Nesse sentido, saber como pensam os diferentes atores sociais a respeito do processo de envelhecimento, inclusive no ambiente acadêmico, pode representar uma resposta positiva em termos de contribuição às possibilidades de intervenções mais eficazes, menos discricionárias e pessimistas.

Neste estudo², o sujeito social de investigação foi o estudante do campo da saúde - curso de enfermagem -, cujo fazer profissional terá impacto, direto ou indireto, sobre a velhice, e cuja identidade profissional é construída durante a etapa de sua formação acadêmica e de cidadania, associadas, sem dúvidas, à matriz de valores, interesses e significados, individuais e institucionais.

Buscando compreender a representação social que constroem os alunos de enfermagem sobre a velhice, especificamente sobre a sua percepção em torno do lugar social da pessoa idosa, foi utilizada a Teoria das Representações Sociais como instrumento teórico capaz de sinalizar como são construídas as ideias, lembrando que os processos que engendram as representações sociais traduzem reflexos da comunicação estabelecida pelos indivíduos em suas práticas cotidianas que, por sua vez, são determinadas por valores sociais do momento espaço-temporal.

Nesse sentido, é importante compreender que os valores da sociedade atual têm a marca da provisoriedade, do consumismo, da liquidez, da velocidade, da aparência sempre jovial e vigorosa fisicamente, o que significa tratar-

2 Parte de uma pesquisa mais ampla intitulada Significado da Velhice para Acadêmicos da UESC (cursos de Pedagogia, Direito, Engenharia e Enfermagem) cadastrada na PROPP e financiada pela UESC, encerrada em 2015.

se de valores que vão ao encontro de um segmento com características adquiridas naturalmente ao longo do tempo, que o qualificam como pessoas experientes, menos velozes, pele enrugada, com um sistema biológico que traz as marcas do tempo.

O propósito deste artigo foi identificar e analisar as ideias que têm esses jovens regularmente matriculados no referido curso, incluindo-se seis alunos do primeiro e oitavo semestres, 95% deles do sexo feminino e idades entre 17 e 23 anos, acerca da velhice e o lugar que esse segmento populacional ocupa na sociedade, na universidade, na família, no trabalho. Cerca de 23,5% dos entrevistados moram com idosos e os demais têm convivência frequente ou esporádica com essas pessoas.

Para realizar a coleta de dados, foi utilizada a técnica da entrevista estruturada, composta por 48 questões, das quais foram selecionadas as falas inseridas nos seguintes eixos temáticos: significados de velhice e envelhecimento, educação, limitações, trabalho e convivência familiar.

2 Sobre velhice e envelhecimento na sociedade atual: como pensam os jovens acadêmicos

A velhice é o estado em que pessoas são tratadas como velho ou idoso, termos conceituados por Ferreira (1988) como obsoleto, gasto pelo tempo, desusado, antiquado, que tem muito tempo de existência, que tem muita idade. Embora os termos aparentem equivalência (idoso é velho) e caracterizem as pessoas que já passaram dos sessenta anos, quando trazidos para a realidade, a sua utilização tem sido objeto de relevantes debates na área das ciências sociais, como se vê em Debert (1998), Peixoto (1998), Motta (1998), e de controvérsias no imaginário social.

Com a estimativa de volume crescente desse segmento, com demandas também crescentes, em qualidade

e quantidade, a sociedade ainda não assumiu, de fato e de direito, este fenômeno inevitável que é a velhice. Ainda convive com ideias equivocadas, quase sempre reducionistas acerca do processo de envelhecer, já atualmente manifestando dificuldades de conviver e dividir recursos e oportunidades com pessoas que considera improdutivas, pesadas, obsoletas, ultrapassadas, doentes. Essa concepção pesa de modo negativo sobre as pessoas velhas, que se vêem e se sentem cada vez mais desqualificadas e pressionadas. Este é um dos grandes equívocos da sociedade atual: o de querer viver mais, porém negando a velhice com suas especificidades, suas características e vulnerabilidades, quando estas existem.

O momento atual exige reflexão a respeito dos impactos do envelhecimento sobre as sociedades e sobre as pessoas, considerando que ainda é grande a desinformação sobre as particularidades do envelhecimento populacional. Uma questão relevante centra-se na transmissão de valores e ideias de uma geração a outra, na criação de laços, na herança, no legado passado dos mais velhos para os mais novos e que, no dizer de Arendt (1972), não tem qualquer testamento. De outro lado, falar em laço social, em herança, quando uma das características das sociedades atuais é o individualismo, a dissolução de laços, a provisoriedade, a solidão, a particularização da vida (BAUMAN, 1998; HARVEY, 1998), pode parecer um paradoxo (D'ALENCAR, 2012, p. 10).

Trata-se de fenômeno que tem operado mudanças significativas sobre as estruturas sociais e sobre as populações, tanto do campo quanto da cidade, na vida dos indivíduos e no seio das famílias, em especial pelo caráter de maior longevidade com que se tem caracterizado.

Apesar de importantes mudanças já observadas, e do esforço do próprio idoso na construção e valorização da sua identidade, ainda se insiste em manter a velhice sob duas ancoragens, demonstrando a dificuldade em

promover o devido afastamento da influência de uma primeira impressão, atendendo muito mais à condição social do que, propriamente, à velhice:

- De um lado (e em especial a velhice da camada social de menor poder aquisitivo), um peso, um fardo, caracterizando-a de maneira degradada, doente, descartável. Essa visão transforma o velho em um simples receptor submisso e passivo de “gratuidades” que a sociedade lhe outorga, mantendo-o sob o guarda-chuva dos estereótipos, da incapacidade, da impotência, o que alimenta nos mais jovens a ideia de que os velhos não passam de pessoas limitadas, dependentes, inúteis, reforçando cada vez mais a distância entre velhice e juventude.
- De outro lado, a velhice é vista com certo glamour e é tratada com protagonismo positivo, submetida cada vez mais a sacrifícios e ostensivas dietas, academias, cirurgias, substâncias botulínicas, em nome da preservação da juventude, revelando aversão à flacidez e rugas, que a caracterizam. Esse protagonismo passa pela autonomia financeira, que permite sua inserção na cultura mercadológica, com capacidade para consumir produtos e serviços que prometam evitar, frear ou reverter as perdas inerentes à velhice.

Ao esconder as marcas da passagem do tempo e camuflar as características físicas associadas ao envelhecimento, a sociedade assinala que é imperativo ser ou continuar jovem, reforçando a ideia de que não há espaço para a velhice. Como lembra Cerqueira (2014, p. 68), “fama, prestígio e dinheiro são alguns dos ingredientes que ressignificam qualquer mal-estar social incluindo-se os preconceitos contra a velhice”.

É necessário realçar que o envelhecimento, por não se constituir em processo homogêneo, ocorre no contexto de múltiplas interações, sejam elas físicas, químicas e biológicas que se repetem para cada ser humano, associadas a outro leque de interações, de caráter psíquico, cultural e socioambiental que, embora inerentes à vida, não

caracterizam um processo mecânico. Ao contrário disso, o envelhecimento é dinâmico, ativo, variável, caracterizando-se de modo particular a cada indivíduo. Portanto, trata-se de processo individual, heterogêneo, inevitável e irreversível, que “não segue uma cronologia rigorosa em cada pessoa, daí o seu mistério de, ocorrendo para todos os seres humanos, ser diferente em cada um” (D’ALENCAR, 2013, p. 46).

Assim, abordar o significado de velhice construído por jovens acadêmicos, significa levar em conta um conjunto de significados de que se utilizam esses jovens, sob diferentes aspectos e circunstâncias, a exemplo de crenças, opiniões e estereótipos que têm em relação à velhice, condicionados à presença ou ausência de um corpo vigoroso, da capacidade de produzir e consumir, de vinculação com o trabalho, de agilidade nos movimentos, de uma marcha acelerada, de domínio das novas tecnologias de comunicação. Não é demais lembrar que as mudanças estruturais no corpo são percebidas como perdas na pessoa de mais idade, naturalizando a ideia da velhice como o momento de “degradação” da condição humana (CUNHA, EULÁLIO, BRITO, 2004).

Diante dessa realidade e das construções que elaboram, torna-se importante reconhecer que a convivência do imaginário social com ideias erradas em torno da velhice e do envelhecimento é o que leva os velhos a sentirem-se cada vez menos valorizados e mais pressionados a representarem o que querem que eles sejam ou o que eles não desejam ser (D’ALENCAR, 2016). Menos valorizados, vão aos poucos se isolando, podendo chegar à morte, considerando-se as consequências da solidão, que podem acelerar o declínio cognitivo. Dhruv Khullar (2016), em matéria publicada no *New York Times* em 28 de dezembro de 2016, assinala que o isolamento social está se convertendo em uma epidemia e afirma que

varias investigaciones nuevas sugieren que estar socialmente aislados es malo para nosotros. Las personas con menos conexiones sociales presentan patrones de sueño discontinuos, alteraciones del sistema inmunitario, más inflamación y niveles más altos de las hormonas relacionadas con el estrés..... [...] las personas aisladas tienen el doble de probabilidades de morir prematuramente que aquellos con interacciones sociales más sólidas.

Os processos que engendram as representações sociais traduzem reflexos da comunicação estabelecida pelos indivíduos em suas interações e práticas cotidianas, o que significa dizer que isso ocorre em todas as ocasiões e lugares onde esses jovens se encontram e se comunicam, mesmo que formal ou informalmente (desde as filas em banco, em bares, supermercado, salas de aula, trabalho, ruas e praças, espetáculos, praias, unidades de saúde). Essas comunicações e interações, rápidas e superficiais, são determinadas pelos valores sociais do tempo e espaço onde ocorrem. E é nesse tempo e espaço que os objetos são descartáveis, as relações são fluidas, tudo é provisório, tudo rapidamente envelhece e é necessário substituição. O que é velho precisa ser retirado do cenário, substituído pelo novo.

Em uma sociedade cujo ritmo é de aceleração constante, onde tudo precisa acontecer com velocidade, a pessoa que necessite locomover-se lentamente, que tenha reduzida audição ou visão, estará fadada a ser passada para trás; afinal, ela atrasa o outro, aquele que é vigoroso, forte, jovial e não está com limitações. Assim, em falas como a seguinte, é possível vislumbrar a compreensão de que embora a idade não seja merecedora de tratamento diferenciado, a velhice por si só é comprometedora da capacidade de pensar.

- *Eu acho que o envelhecimento não ... vai além do físico. Porque o envelhecimento é mais mental do que fisicamente. Pela questão de ... das pessoas acharem que porque*

tá seguindo a idade tem que ta dife... tem que ser tratado de forma diferente, de forma especial... por causa da idade (AC, 20a.) – grifos nosso.

Uma das perspectivas que embasam a forte influência dos fatores socioculturais na vida de pessoas idosas é que os significados de velhice e envelhecimento são atribuídos a partir de um sistema de convenções inserido numa determinada cultura, capaz de promover a clivagem³ social, que é a fragmentação de grupos sociais, tão observada nos dias de hoje.

Quando essa cultura é baseada na exacerbação do novo, do descartável, do belo, sobra para a velhice o abandono, o isolamento, a ineficácia, a solidão, as sobras das interações, dentro e fora do núcleo familiar. E é de amplo conhecimento os danos que traz a solidão, independentemente da idade, podendo levar à depressão e acelerar a deterioração cognitiva.

Dessa forma, é necessário analisar que

o problema com a velhice não é a velhice em si, mas a maneira como os outros e o próprio velho se colocam perante ela: o velho ainda é visto em lugar onde seus projetos já foram realizados e, por isso, já devem ser abandonados. Não se está levando em conta que, sem reconhecer o valor da existência e os aspectos da condição humana, não é possível compreender a velhice, em especial quando ela perde o poder de reivindicação e o poder de exigir o cumprimento daquilo que é de direito: respeito, dignidade, cidadania (D' ALENCAR, 2013, p. 51).

3 Processo de separação ou fragmentação dos grupos sociais, sejam em subgrupos ou em novos grupos, pelos motivos mais diversos possíveis.

3 A educação de pessoas idosas

Não se têm dúvidas de que uma grande questão da sociedade brasileira para as próximas décadas, além do envelhecimento populacional, é a educação⁴, exatamente pelo papel que representa e pelos problemas que são postos cotidianamente, por todas as gerações, da infância à velhice, e por todas as dimensões da vida.

Embora o País não tenha dado conta das demandas históricas da educação para as faixas etárias mais jovens, a presença crescente do velho na sociedade tem tomado a educação como um novo aprendizado para viver e envelhecer (D'ALENCAR, 2002), sabendo-se que o envelhecer é muito mais que um momento na vida de um indivíduo; antes de tudo, trata-se de um processo extremamente complexo, com implicações tanto para quem o vivencia como para a família e toda a sociedade, que experimentam alterações em sua dinâmica. Além disso, não se pode desconsiderar o que afirmam Neri e Jorge, para quem

a marca social da velhice é estar em oposição à juventude, motivo pelo qual é recorrente a oscilação entre a idealização e a depreciação do idoso. Os estereótipos - que são crenças generalizadas sobre os atributos ou características que definem um determinado grupo social, como, por exemplo, o dos idosos - são transmitidos pela educação e associam-se a práticas sociais discriminativas (NERI; JORGE, 2006, p. 128).

Em 2003, Anita Neri afirmava que os preconceitos decorriam mais da pobreza, do baixo nível educacional e das doenças inerentes à condição de velhos, em uma sociedade que valoriza em demasia a juventude. Além disso,

4 Palavra que vem do latim *educare*, *educere*, traduzida em sentido literal como “conduzir para fora” ou “direcionar para fora”.

reforça a autora, os idosos formam uma categoria rejeitada, vistos pelo declínio, dependência e, mais que isso, como a antecâmara da morte (NERI, 2006).

Butler (apud NERI, 2006) definiu o preconceito para com os idosos como uma forma de intolerância, comparável às intolerâncias racial, religiosa ou sexual, originando políticas e práticas discriminativas.

Nessa perspectiva, é importante marcar o que destaca o Art. 20 da Convenção Interamericana dos Direitos dos Idosos, quando registra que:

La persona mayor tiene derecho a la educación en igualdad de condiciones con otros sectores de la población y sin discriminación, en las modalidades definidas por cada uno de los Estados Parte, y a participar en los programas educativos existentes en todos los niveles, y a compartir sus conocimientos y experiencias con todas las generaciones (OEA, 2015, p.12).

Além de ser signatário dessa Convenção, o Brasil tem legislações que reforçam a educação da pessoa idosa como um direito, a exemplo da Política Nacional do Idoso - PNI (BRASIL, 1994) e do Estatuto do Idoso - EI (BRASIL, 2003). Enquanto a PNI estabelece a necessidade de criar programas específicos que facilitem a participação e aprendizagem das pessoas idosas, destacando a importância de oferecer conhecimento sobre o processo de envelhecimento também para a população como um todo, o EI propõe que o poder público torne a educação acessível para o idoso, inclusive com a criação de universidades abertas direcionadas a esse segmento, bem como a publicação de livros e periódicos adequados ao mesmo, sugerindo que as escolas se transformem em espaços para atendimento das demandas e interesses específicos desse grupo etário. Afinal, não se pode reduzir a importância que têm os idosos, como “sujeitos que processam experiências múltiplas, até porque

vivenciam um tempo que registra o pretérito, o presente e possibilidades de futuro” (D’ALENCAR, 2002, p. 73).

A existência das universidades abertas à terceira idade no Brasil, embora anterior às legislações atualmente vigentes, estabeleceu objetivos que favorecem a saída do isolamento, a busca por interação social, a atividade, além de assegurar, por parte do poder público, o atendimento às necessidades sociais, inclusive de capacitação e reorientação dessas pessoas para uma nova fase da vida, de forma ativa e, até mesmo, possível reinserção no mercado de trabalho, dependendo do seu desejo. Toni (2011, p. 69), por exemplo, sinaliza que

a educação desse seguimento populacional é uma estratégia cujo objetivo é de emancipação desses cidadãos, no sentido de dar-lhes instrumentos que contribuam para a construção de políticas públicas que atendam as suas necessidades de saúde, bem como para o fortalecimento da luta de classes sociais por equidade, respeito à vida e à dignidade.

Além disso, cabe considerar que esse segmento maior de 60 anos, que está vivendo cada vez mais, “apesar da associação ainda existente de velhice com doença, está plenamente produtivo, muitos continuam trabalhando, pesquisando, ocupando-se da saúde física e buscando, na atividade intelectual, uma maneira saudável de continuar interagindo, em movimento” (D’ALENCAR, 2011, p. 169). Isto porque a educação oportuniza à sociedade conhecer e aprender sobre a velhice e, aos velhos, “abrir-se para o mundo, conhecendo seus direitos e vivenciando novas experiências” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2011, p. 110), além de “socializar-se, ... de inserir-se num contexto social maior, ampliando suas relações pessoais, conhecendo novas realidades, desmitificando medos e percebendo todo o espaço que pode conhecer e vivenciar” (SCORTEGAGNA; OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Essas autoras, realçando o papel e a importância que tem a educação, afirmam, ainda, que por meio dela “o homem se humaniza, se caracteriza, torna-se social e consciente” ((OLIVEIRA; OLIVEIRA; SCORTEGAGNA (2011, p. 113). Tratando-se de um processo que deve ser considerado contínuo na vida de cada um e na vida social, e deva ser acessível a todos como um direito, indistintamente, a educação não é oferecida universalmente, daí porque aqueles que buscam, e conseguem, a sala de aula são os

[...] que têm autonomia de movimento e sabem da capacidade que têm de conduzir o próprio destino, de compartilhar com outros a oportunidade de viver a própria história, em um mundo onde as mudanças ocorrem cada vez mais velozes; são idosos que desejam estar atentos às questões atuais, que precisam compreendê-las e delas participar. Sentem necessidade de voltar a atenção para as questões do seu tempo, que é agora, para perceber as possibilidades de reinvenção dos espaços gestados nas inúmeras experiências da vida, sejam espaços públicos ou privados. Têm consciência de que educar-se é fazer-se cidadão. E ser cidadão é estar apto a participar da vida pública, tomando-a como a capacidade de interagir e intervir na realidade, de conviver social e cotidianamente, de pertencer (D’ALENCAR, 2011, p. 171).

Apesar do reconhecido protagonismo desse segmento na vida social, a sua participação em programas educativos nas instituições de ensino superior, além de ainda questionado por parte da sociedade, é diminuta, considerando o percentual de idosos que já constitui a população brasileira. Embora não se tenham dados estatísticos para todo o Brasil, é visível a pequena participação dos velhos nas universidades que oferecem programas de educação para eles, não alcançando 1% dos que vivem na localidade onde se instalam essas instituições de ensino.

Embora reconheçam que a sociedade está envelhecendo, os jovens entrevistados, quando questionados sobre o que acham da frequência de idosos na universidade, manifestam-se de forma reticente, expressando dificuldade em considerar que a idade avançada não limita a capacidade de alguém aprender, tampouco o direito de estar em qualquer espaço:

- *Legal. É É..... Apesar da idade avançada, a faculdade ainda oferece mecanismos para inserir o idoso (AC, 20 anos).*
- *Eu acho que.... eu não tenho bem uma opinião formada sobre isso. Mas ... por se tratar de uma universidade, se faz necessário sim que desenvolva atividades com idosos ... para ... terem um envolvimento, até porque eles precisam disso..... pra sempre estarem aprendendo alguma coisa (PR, 20 anos).*

Ao tentar compreender as falas acima, é preciso atentar para o que sinaliza Wagner (1998, p. 11), quando afirma que a teoria das representações sociais

é basicamente uma teoria sobre a construção social em dois sentidos. Primeiramente, [...] são socialmente construídas por meio de discursos públicos nos grupos. A forma como as pessoas pensam sobre as coisas “reais e imaginárias” do seu mundo, isto é, o conhecimento que as pessoas têm do seu universo, é o resultado de processos discursivos e portanto socialmente construídos. Em um segundo sentido, entretanto, esse conhecimento é criado pelo grupo. Se um grupo de pessoas se comporta como se a loucura fosse causada por possessão demoníaca, essa loucura se torna um fato em seu mundo.

É, sem dúvida, o que ocorre com a concepção de velhice ainda dominante no imaginário social, apropriada e reelaborada pelos jovens acadêmicos. Abric (1998) fala de um conjunto organizado de informações, atitudes, crenças que um indivíduo ou um grupo elabora a propósito de uma

situação, de um conceito, de outros indivíduos ou grupos, denotando, portanto, uma visão subjetiva e social da realidade. Todo esse conjunto intervêm através do contexto concreto, das comunicações e marcos de apreensão trazidos pela bagagem cultural, como códigos, valores e ideologias.

As representações expressas pelos jovens entrevistados certamente foram internalizadas durante seu desenvolvimento como pessoa e moldadas diariamente por novos conhecimentos compartilhados nos grupos de pertencimento. Além disso, Arruda (2002, p. 131) explica que “a realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada da sua inscrição social”. Faz-se importante assinalar que a teoria das representações sociais, com base na psicologia e forte apoio sociológico, não despreza os processos subjetivos e cognitivos.

4 Limitações da velhice x velhice ativa

Embora a maior parcela da população idosa brasileira (cerca de 85%) tenha autonomia total ou parcial, capacidade de contribuir para o desenvolvimento sociocultural e econômico, tenha rendimentos próprios e, portanto, seja ativa e produtiva, mesmo que vivenciando algum problema de saúde, ainda é comum encontrarmos referências à velhice sob a égide reducionista e exclusiva de determinantes biológicos e suas derivações (CAMARANO et al., 2004), o que coloca na velhice todas as possibilidades de limitação, contrapondo-se ao discurso da velhice ativa, que recomenda fazer do envelhecimento uma experiência positiva para que a vida seja acompanhada de oportunidades contínuas de saúde, participação e segurança. Isto é o que propõe a Organização Mundial da Saúde, com o conceito de envelhecimento ativo como “*el proceso de optimización de las oportunidades de salud, participación y seguridad con el fin de mejorar la calidad de vida a medida que las personas envejecen*” (OMS, 2002, p. 79).

As falas dos entrevistados da pesquisa aqui apresentadas refletem esse contraponto com o conceito da OMS, mas refletem, também, as representações que constrói o senso comum, influenciadas pelas vivências e experiências do dia a dia e de interações entre diferentes culturas e que, de tão repetidas e reelaboradas, acabam se transformando em uma “verdade” capaz de marcar, positiva ou negativamente, indivíduos e grupos.

- *Por não ter acessibilidade a algo mais novo (AC, 20 anos)*
- *Por não ter interesse (FM, 22 anos)*
- *Por não estar lendo muito,....desenvolvendo o hábito da leitura, ... do aprendizado (PR, 20 anos).*
- *Pode ser preconceito de nossa parte, né?.....a memória já está prejudicada, a forma de se locomover já está prejudicada (RB, 20 anos).*

Nessas falas, o velho é limitado por não acessar o novo, por não estar lendo muito, por desinteresse, pela perda de memória, pela forma de se locomover.

5 O trabalho para quem é percebido como limitado e frágil

Embora a velhice esteja quase sempre associada a doenças, inutilidade e dependência, como se afirmou antes, estudos vêm mostrando que um número cada vez maior de idosos continua integrando a força de trabalho do País, ainda que estejam aposentados. Além de participarem do mercado de trabalho formal, o setor informal também absorve esse segmento, contribuindo, portanto, com a economia do País e, muito mais concretamente, com as famílias. De indivíduos limitados e frágeis, os idosos contrariam e alteram, de modo significativo, a concepção que tenta obscurecer o sujeito que envelhece, estruturada que ainda está entre juventude *versus* velhice, útil *versus* inútil.

As significativas variações do trabalho, ao longo do tempo, passaram da punição ao poder, da maldição da bíblia à salvação. Na atual realidade brasileira, a onda de desemprego faz aumentar o volume de pessoas sobrando que entra no mundo da informalidade, cuja característica é a ausência de garantias previdenciárias, de salários, de férias, de décimo terceiro (CAMPOS; D'ALENCAR, 2006).

Na condição de pessoa idosa que já deveria, sob amparo da lei, estar afastada do mercado de trabalho, é possível identificar a existência de dois tipos de trabalhador idoso nesse mercado: um que continua trabalhando por necessidade ou obrigação, outro que o faz por prazer, por satisfação, porque se realiza naquilo que faz. Trata-se de duas situações essencialmente diferentes, que podem trazer impactos também diferentes sobre a qualidade de vida da pessoa idosa, a depender do tipo de trabalho e da flexibilidade em realizá-lo.

Entrando cada vez mais tarde no mercado de trabalho, os jovens normalizam a continuidade dos velhos no mundo do trabalho, quando afirmam de modo enfático:

- *Devem trabalhar, se a condição de saúde permitir... Por que não?*
- *Sim; se isso faz bem pra ele, se ele gosta de trabalhar, eu acho que ele deve continuar trabalhando.*
- *Sim. ... Não tem porque eu acho que deve estar trabalhando dentro do limite da pessoa. A gente sabe que o envelhecimento em si traz muitas consequências no físico, muitas debilidades. Eles desenvolvem algumas patologias... eu acho que tem que trabalhar sim, mas dentro dos limites deles, na área, no setor... eu acho. Mas eu acho que tem que trabalhar sim. Se não estiver trabalhando, tem que estar estudando, se não estiver estudando, tem que estar fazendo algum esporte. Isso faz bem pra ele. Até porque a gente sabe que a população mundial está envelhecendo, né, então é algo que deve ser pensado.*
- *Deve continuar trabalhando. Eu acho que a partir do momento que eles são capazes de desempenhar determinada função, eles deveriam continuar trabalhando.*

- *Deve trabalhar. Ele se sente mais alegre, mais útil. Eu acho que a pior coisa é ver uma pessoa ficar em casa se sentindo inútil, sem nada para fazer.*

É importante assinalar que os jovens de ontem começaram a trabalhar muito cedo, alguns até mesmo com dez-doze anos, ao contrário dos de hoje, muitos com 25-30 anos que nunca trabalharam. Portanto, hoje com 70-80 anos, esses idosos deveriam ter o direito de fazer coisas que não tivessem caráter de obrigatoriedade, cumprimento de horário, de rotina, ou mesmo trabalhos pesados, o que vem ocorrendo com muitos que precisam continuar vinculados ao mercado de trabalho para ajudar filhos e netos, ou mesmo garantir a própria sobrevivência.

Embora afirmem que o velho deve continuar trabalhando, os entrevistados não falam do tipo de trabalho mais adequado às características que marcam os velhos, por eles focadas na dependência, deficiência, fragilidade física e mental. Subliminarmente, o custo social de envelhecer, cujo declínio é irreversível, pode ser compensado com a permanência do velho no mundo do trabalho.

Quando um dos seis entrevistados discorda do trabalho na velhice, o faz argumentando ser “uma pessoa fraca, que já viveu o que tinha pra viver. ...”

6 Convivência familiar – a desmitificação de dependências, perdas e declínios

Estudos têm revelado o importante papel que cumprem idosos junto aos filhos adultos e netos, não apenas nas questões financeiras, cuja contribuição nem sempre se dá do neto para os avós ou dos filhos adultos para os pais, mas o inverso, ainda que os rendimentos da maioria dos idosos brasileiros não sejam substanciais.

A inserção do idoso na família, que pode gerar uma convivência equilibrada ou não, foi apontada pelos entrevistados como uma relação de amizade, de afetividade, que contribui com o crescimento do jovem e equilíbrio salutar para o idoso, e tratada como uma relação de exemplo, conforme as falas seguintes:

- [...] *é meu amigo.... [...] Tudo com ele é bom. Ele me faz rir, dá carinho. [...] é exemplo de homem pra minha família (FM, 22 a).*
- [...] *Faz ... crescer, aprender muita coisa, [...] tem experiência, por ter 74 anos, tem muito chão de vida, muita estrada, então você aprende muita coisa. Aprende a lidar com alguns problemas. Ela faz você encarar alguns problemas com a cabeça fria. Eu gosto disso (PR, 20 a).*

O interessante das respostas, contraditórias quando associadas aos eixos trabalhados, é que os estudantes entrevistados mostram, de um lado, visão positiva da velhice, marcada por uma forte relação de afetividade dos netos com os avós, especialmente quando tratam da experiência pessoal de convivência familiar. Mas quando a resposta entra no âmbito coletivo, mais universal, há escamoteamentos, mostrando expectativa negativa e desconhecimento das particularidades da velhice, além da falta de consciência do respeito que merecem os velhos. Esse desconhecimento, no entanto, parece injustificado, pelo simples fato de já terem sido beneficiados com conteúdos sobre envelhecimento em disciplina como Saúde do Idoso.

O Prof. Paulo de Salles (OLIVEIRA, 2011, p. 31) analisando as relações intergeracionais entre crianças e velhos, sinaliza que

[...] Se existe tal destino comum, capaz de tecer vínculos duradouros, ele poderia estar enraizado na cultura. Crianças e velhos – estes mais que aquelas, mas também elas – são pessoas não reconhecidas como tais nas representações dominantes da sociedade. [...] Neste imaginário prevalecente, o velho foi banido (porque visto como

aquele que já foi) e a criança ainda não foi incorporada (porque tida como alguém que ainda não é). Vivem uma opressão social que inclui a imagem da destituição, como se a eles não pertencesse o presente.

Considerações finais

Embora a compreensão da velhice transcenda a questão biológica, e embora discussões em torno da questão ocorram diariamente nas diferentes mídias, é possível afirmar que parte da juventude brasileira ainda não alterou a visão distorcida sobre o segmento idoso da população e, mais preocupante, nem mesmo aqueles que se encontram no ambiente acadêmico.

Como a análise neste trabalho focou o estudante de enfermagem, cursando primeiro e oitavo semestres, a preocupação é ainda maior quando conceitos básicos como senilidade e senescência não são de conhecimento do estudante. Esse desconhecimento sugere que, embora os currículos da área da saúde deem mais atenção aos aspectos patológicos, o olhar desse jovem sobre a velhice como uma etapa do ciclo da vida, e sobre o velho como um indivíduo cuja história extrapola as doenças, continua impregnado pelas ideias do senso comum. O lugar do velho na sociedade, que não pode ser visto isolado de outros processos, inclusive o de saúde-doença enquanto construção social, não parece ter sido ainda contemplado.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva P; OLIVEIRA, Denize C. de. (Org.). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia: AB, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Revista Múltiplas Leituras*, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan/ jun. 2008.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. *Diário Oficial da União*. Brasília, 4 jan. 1994

_____. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília. *Diário Oficial da União*. Brasília, 1º out. 2003.

CAMARANO, Ana A; KANSO, S; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? Ana Amélia Camarano (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*, v. 1. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPOS, Juliana B; D'ALENCAR, Raimunda Silva. A velhice nos caminhos da informalidade: trabalhando para viver ou vivendo para trabalhar? In: *Memorialidades*, v. 3, n. 5-6, p. 49-66, jan./dez. 2006.

CERQUEIRA, Monique B. O que pode a velhice? Ressignificações contemporâneas do envelhecer. In: D'ALENCAR, Raimunda S; DIEDERICHE, Márcia V. (Org.). *Velhice saudável* – múltiplos olhares e múltiplos saberes. Ilhéus, BA: EDITUS, 2014.

CUNHA, A. C. H; EULÁLIO, M. C.; BRITO, S. M. O. O corpo e suas representações construídas por mulheres idosas. In: FERNANDES, A; CARVALHO, M. R; DOMINGOS SOBRI-NHO, M. *Representações Sociais e Saúde*: construindo novos diálogos. Campina Grande: EDUEP, 2004.

D'ALENCAR, Raimunda Silva. A velhice na sociedade de consumo: cultura acessível? In: OLIVEIRA, Rita de C. da S; SCORTEGAGNA, Paola A; CURY, Mauro J. F. (Org.). *A velhice e o envelhecimento no contexto ibero-americano*. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

_____. Envelhecimento ativo e vida social precária: exclusão ou paradoxo do nosso tempo? In: CURY, Mauro J. F; OLIVEIRA, Rita de C. da S; COENGA, Rosemar E. (Org.). *As interfaces da velhice na pós-modernidade* – avanços e desafios na conquista da qualidade de vida. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2013. p. 45-58.

_____. (Re) significando a solidariedade na velhice: para além de laços consanguíneos. In: *Revista Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences Maringá, v. 34, n. 1, p. 9-17, jan./jun. 2012.

_____. Velhice e educação ao longo da vida: um imperativo para um convívio mais humano. In: *Memorialidades*, v. 8, n. 15, p. 167- 191, jan/jun. 2011.

_____. Ensinar a viver, ensinar a envelhecer: desafios para a educação de idosos. *Estud. interdiscip. envelhec.*, Porto Alegre, v. 4, p. 61-83, 2002.

DEBERT, Guita Grim. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (Org.). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 49-67.

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo dicionário básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1998. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A->

KALACHE, Alexandre. Respondendo à revolução da longevidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 8, agosto, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63031151001>>. Acesso em: out. 2016.

KHULLAR, Dhruv. *El aislamiento social nos está matando*. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/es/2016/12/28>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MOTTA, Alda Britto da. “Chegando pra idade”. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (Org.). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 223-235.

NERI, Anita Liberalesso; JORGE, Mariana Dias. Atitudes e conhecimentos em relação à velhice em estudantes de graduação em educação e em saúde: subsídios ao planejamento curricular. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-137, abr./jun. 2006.

OEA. La Convención Interamericana para la protección de los derechos humanos de las personas mayores: un aporte de las Americas al mundo.2015. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-70_derechos_humanos_personas_mayores_firmas.asp>. Acesso em: jan. 2017.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. *Vidas compartilhadas - cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da S; OLIVEIRA, Flávia da S; SCORTEGAGNA, Paola A. Universidade Aberta para a Terceira Idade: a construção de saberes para um novo olhar sobre a velhice. In: *Memorialidades*, v. 8, n. 15, p. 101- 136, jan/jun. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Envejecimiento activo: un marco político. Grupo Orgánico de Enfermedades no transmisibles y salud mental. Departamento de prevención de las enfermedades no transmisibles y promoción de la salud envejecimiento y ciclo vital. *Rev Esp Geriatr Gerontol*, 2002, 37(2):74-105

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (Org.). *Velhice ou Terceira Idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 69-84.

SCORTEGAGNA, Paola A; OLIVEIRA, Rita de Cassia da S. Idoso: um novo ator social. In: Seminário de pesquisa em educação na região Sul, 2012, Caxias do Sul. *Resumos*. Caxias do Sul: A Editora, 2012, p. 4-17. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anped-sul/9anpedsul/paper/.../73>>. Acesso em: 15 out. 2013.

TONI, Isabel Marrachinho. Universidade da terceira idade espaços de novos saberes para novos fazeres. In: *Memorialidades*, v. 8, n. 15, p. 63-84, jan/jun. 2011.

UNIVERSIDAD MAIMÓNIDES. Escuela de ciencias del envejecimiento. Disponível em: <<http://www.gerontologia.maimonides.edu>>. Acesso em: 12 jan. 2017

WAGNER, Wolfgang. Sócio-genese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia da Silva P; OLIVEIRA, Denize Cristina de. (Org.). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. Goiânia: AB, 1998.